

# Escritos de combate às políticas de morte e para a construção de uma educação LGBTQI+\*

*Writings to combat death policies and to build an LGBTQI+ education*

*Escritos para combatir las políticas de muerte y construir una educación LGBTQI+*

 <https://doi.org/10.47456/simbitica.v10i2.40048>

---

## Dailza Araújo Lopes

Mestra em Estudos étnicos e africanos, professora na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e pesquisadora no Coletivo Angela Davis da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: [dailza.lopes@uesb.edu.br](mailto:dailza.lopes@uesb.edu.br)

## Virgínia de Santana Cordolino Nunes (*in memoriam*)

Mestra em Antropologia Social, Ativista da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) e pesquisadora no Coletivo Angela Davis da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: [virginiascnunes@gmail.com](mailto:virginiascnunes@gmail.com)

## Wellington Pereira Santos

Doutor em Estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo e pesquisador no Coletivo Angela Davis da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: [wellingtontupinamba23@yahoo.com](mailto:wellingtontupinamba23@yahoo.com)

---

### OBRA RESENHADA

---

IRINEU, Bruna A.; NASCIMENTO, Márcio A. N. do; OLIVEIRA, Brendhon A.; REIS, Jefferson A. (orgs.) (2020), *Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes*. Salvador, Devires, 283 p.

---

A obra intitulada *Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes*, no formato de e-book, é estruturada em quatro partes, contendo artigos, relatos de experiência, poemas, contos e manifestos que abordam as mais diversas temáticas que se alinham com as ações da Associação Brasileira de Estudos de Homocultura (ABEH)<sup>1</sup> ao longo de seus 20 anos, direcionadas

---

\* Informamos que a sigla aqui usada se refere a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queers e Intersexuais e o “+” representa as orientações sexuais e identidades de gênero que existem e que venham a existir. Vale ressaltar que a sigla está sendo usada de acordo com o termo escrito na obra, respeitando as variações utilizadas por cada pessoa autora, porém temos conhecimento da ampliação da sigla para LGBTQIA+, que inclui o termo “Assexual” e mantém o sinal “+” com a mesma função.

<sup>1</sup> A ABEH é “uma entidade sem fins lucrativos que objetiva fomentar e realizar intercâmbios e pesquisas sobre a diversidade sexual e de gênero. Ela reúne professores/as, alunos/as de graduação e pós-graduação, profissionais,



para a articulação entre diversidade sexual, gênero e raça, para o alcance de uma educação LGBTQI+. Situa também o cenário dos últimos anos, em que há uma constante retirada de direitos e crescimento das violências contra a comunidade LGBTQI+, empenhados pelo avanço da extrema direita e do fundamentalismo religioso, sobretudo no período que corresponde à eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro, entre 2018 e 2022.

Apresenta qualidade e originalidade, tem uma linguagem de fácil compreensão, mas sem tirar a densidade teórico-empírica que proporciona um rico debate em torno dos gêneros, das sexualidades e das questões raciais em diálogo com outras abordagens, como masculinidades, famílias e prostituição, por exemplo, na proposição de uma educação LGBTQI+ que se afaste do discurso genderizado, universalista e cisheteropatriarcal, além de valorizar os saberes produzidos em contextos diversificados.

O prefácio da obra escrito pela pesquisadora Fátima Lima, tem como título “Manifesta/o por uma educação LGBTQI+”, da autora Fátima Lima, e reflete sobre a temporalidade da escrita do e-book, sendo um contexto de pandemia, ao tempo em que situa a realidade política de desvalorização dos movimentos sociais, ativistas, da ciência, dos grupos historicamente subalternizados e dos saberes considerados marginais, e com essa ideia denuncia a morte física, simbólica, subjetiva e científica da comunidade LGBTQI+, da população negra, das populações quilombolas e indígenas, da cultura, da poesia, dos corpos abjetos, dentre outras questões. Ao mesmo tempo em que celebra a resistência, as existências e a persistência, através da produção do conhecimento ao longo dos 20 anos da ABEH e seu papel nas estratégias e ações para combater as violências e as desigualdades dentro dos campos institucional e não institucional. A autora classifica o corpo e a composição da obra como uma oferenda, uma soma de forças, um manifesto, e finaliza elencando 15 “vociferações”, como ela mesma chamou, sobre o que considera uma educação LGBTQI+. Com isto, é visível a contribuição da presente obra para pensar novas abordagens a respeito das questões ligadas às sexualidades e às diversidades, dentro dos espaços escolares, a partir de gêneros discursivos diversos.

A primeira parte, intitulada de “A(r)tivismos, memórias e resistências”, é composta por três poemas, uma micronarrativa, um conto, um relato de experiência e um artigo, resgatando pontos importantes da criação e institucionalização da ABEH, situando a importância de pessoas que atuam como professores e professoras em instituições de ensino superior, bem como a constituição de um campo acadêmico de estudos sobre homocultura, a partir de publicações sobre estudos LGBTQI+ no Brasil. O texto de abertura é bastante simbólico: “20 anos de ABEH: co-produções ativistas, acadêmicas e artísticas”, de Bruna Irineu, que situa as tensões, eventos, seminários, publicações,

---

pesquisadores/as, ativistas e demais interessados/as nas temáticas de gênero, sexualidade e raça/etnia”. Informações disponíveis em <https://editorarealize.com.br/blog/detalhes/entrevista-com-bruna-irineu--presidente-da-associao-brasileira-de-estudos-da-homocultura--abeh>. [Consult. 25-04-2023].

acessos a espaços políticos e a importância das articulações, sejam elas dentro da academia ou no movimento social, para a garantia do debate, mas, sobretudo, das políticas públicas para a comunidade LGBTQI+.

Os poemas de Abayomi Jamila – “As coisas” e “Dicotomia” – e de Dani Lebiniski – “Amor Proibido” e “Resquícius” – são expressões poéticas que abordam a vivência e o desejo de experimentar o amor, de forma simples e leve, mas que, ao perceber as conspirações nos olhares e discursos, em meio à “multidão cheia de fel”, acaba refletindo um sentimento que aparenta ser inalcançável para alguns corpos, mas que não é silenciado internamente, apesar de ser vivido por “debaixo dos panos”. Francis Aguiar, através da micronarrativa intitulada “A coleira do cão”, traz a disciplina que está ligada a uma limitação imposta pela coleira e pela corrente e, somada a um arame, representa a barreira entre o cachorro e as pessoas, o que o priva de se alimentar da liberdade e, em alguns momentos, dos ossos duros de roer, que escorriam para debaixo da árvore.

Joe Sales, em um curto poema que alcança grandes discussões sobre família, cotidiano e sexualidades, aborda uma ótima descrição sobre as expectativas criadas em torno das parcerias afetivo-sexuais das/os filhas/os, e como impactam as famílias que são ainda afetadas pela heteronormatividade compulsória. Nessa mesma linha de reflexão, o conto “Quando a macumba pega a gente”, também de sua autoria, ao narrar a história de Cleide e Vera, traz relações cotidianas dentro do espaço da igreja, sobretudo as formas como esta, enquanto uma instituição constituída em bases religiosas heterocristãs, demoniza as religiões de matriz africana, as sexualidades e as vivências sexuais entre as pessoas.

O conto “Tubaína”, de Jefferson Reis, descreve os desdobramentos da vida cotidiana, onde a cada momento da narração se percebe que os hábitos de adolescentes, quando estão descobrindo suas sexualidades e vivenciando as mudanças no corpo, refletem em práticas coletivas de descoberta da sexualidade, além de mostrar a forma como as masculinidades se reproduzem e se tornam tóxicas, sobretudo em espaços como um quartel. Quem lê o conto percebe as formas como o desejo sexual homoafetivo vai surgindo, ao mesmo tempo em que é escondido.

Em “O exercício da *parresía* no relato de mim mesma: o que se passa comigo ou o que se passa conosco?”, de Tatiana Lionço, é uma autobiografia que expressa a sua vivência enquanto psicóloga, professora e ativista feminista em meio aos ataques sofridos por conta das ofensivas antigênero empenhadas pelo governo de Jair Bolsonaro, aliado à bancada evangélica na política nacional brasileira e ao fundamentalismo/extremismo religioso. A autora considera a intencionalidade relacional, ao trazer para a cena as narrativas autobiográficas, através da escrita de si, mas também da prática política da *parresía*, pois, como já menciona no título do texto, para ela, essa é uma ação de interesse coletivo e de compromisso com uma coletividade. As ações de resistência relatadas pela autora diante do avanço do projeto escola sem partido e de ter tido suas

fotos expostas em redes sociais, documentários e livros que usam a expressão “ideologia de gênero” para desqualificar as “estratégias pedagógicas, derivando na supressão dos termos gênero, orientação sexual e identidade de gênero dos planos de educação a partir de 2014” (p. 51).

Nessa primeira parte destacamos as multiplicidades de possibilidades para as reflexões dentro do campo da educação, da orientação sexual, o papel da família no contexto de existência dos/as sujeitos/as, bem como a importância do combate ao mito da ideologia de gênero nas instituições sociais, uma vez que, as sexualidades nas escolas são tratadas essencialmente a partir de um viés biologizante, ou seja, o ambiente educacional negligencia a construção cultural no que diz respeito às identidades de gênero.

A segunda parte da obra, a qual é intitulada “Democracia, políticas públicas e direitos”, traz cinco artigos que apontam para a forma como o avanço do conservadorismo tem impactado na manutenção, formulação e implementação de políticas de fortalecimento para a comunidade LGBTQIA+. O texto inaugural é um artigo de Luma Andrade, intitulado “A gestão da ABEH entre o golpe e a ‘fachada’”, em que é possível encontrar os marcos teóricos de construção das ações da “Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH) no recorte temporal que corresponde a 2017 e 2018” (p. 62), período em que se fortalece o fundamentalismo religioso neoconservador e neoliberal, as retiradas de direitos da população LGBTQI+ e o aumento das violências e mortes desse grupo. Paralelo a esses desafios, há o fortalecimento das discussões da diversidade sexual e racial, prêmios, publicações e captação de recursos nas áreas de gênero e sexualidades.

Em “Gestão da diversidade no Brasil: notas críticas”, da autora Jaqueline de Jesus, reitera-se a complexidade do conceito de diversidade e a forma como ainda não se trabalha com essa perspectiva dentro das instituições, o que prejudica as relações interpessoais e coletivas. Propõe-se, ao final, a necessidade de uma “Agenda da diversidade”, fornecendo caminhos para que sejam cumpridas as abordagens interdisciplinares que visam combater as ações discriminatórias e fomentar as políticas de reparação para os grupos historicamente excluídos.

O texto “Um balanço crítico acerca da regressão dos direitos LGBTI no Brasil sob ascensão do bolsonarismo” de Bruna Irineu, Brendhon Oliveira e Milena Lacerda, traz os impactos do avanço da “nova direita”, que reflete na descontinuidade e prejuízos nas políticas públicas para a comunidade LGBTI, aliado ao punitivismo resguardado pela moral familiar individual e transposto para o coletivo através das *fakenews*. Entretanto, situa as conquistas de representação política nas eleições municipais de 2020, por meio da votação expressiva em candidatas trans, e aponta que o “enfrentamento sistemático da ameaça neoconservadora em curso no país e na dinâmica social brasileira requer a organização de uma frente única da classe trabalhadora” (p. 113).

“A construção da cidadania e das políticas públicas para LGBTs no Centro-Oeste do Brasil”, de Moisés Lopes, desenvolve reflexões importantes a respeito da ausência de dados sobre a

“construção de Políticas Públicas e ações governamentais” (p. 116) direcionadas a LGBTs. Do lugar de ativista, pesquisador e antropólogo, o autor evidencia que, mesmo diante dos conflitos criados pelo fundamentalismo cristão na política brasileira, há “movimentos sociais e diversos agentes públicos buscando a efetivação e a garantia de direitos e da cidadania para a população LGBT” (p. 132).

O texto “Os aspectos psicossociais do atendimento de mulheres, LGBT+ e crianças na Defensoria Pública – núcleo criminal do município de Rondonópolis”, de Márcio Nascimento *et al.*, revela, através da perspectiva do esquizoanalista, a importância da abordagem psicossocial no atendimento ao público que sofreu violência de gênero (mulheres, crianças, transsexuais e travestis) atendido na Defensoria Pública, com objetivo de combater a culpabilização da vítima, para que seja fortalecido um protagonismo que lhe possibilite sair da situação de violência.

Nota-se a partir dos escritos da obra, que a mesma apresenta contribuições para o campo dos estudos dos direitos LGBTQI+ quando afirma as várias possibilidades de abordagem e elementos de ação para garantia de existência e do bem-viver do referido grupo, uma vez que, falar das lacunas desses direitos, aponta para a negligência e culpa do estado brasileiro frente aos grupos situados nas comunidades LGBTQI+ espalhadas pelo país, onde cada um tem sua especificidade, mas todas estão nas estatísticas de morte, violência e negação de acesso aos direitos, realidade esta que precisa ser modificada urgentemente.

A terceira parte do e-book é composta por seis artigos que fornecem subsídios para pensar sobre questões apresentadas no próprio título: “Alianças, estratégias e ressignificações”. Em seu primeiro texto, intitulado “Gênero, raça e sexualidade: uma proposta de debate interseccional?”, recupera a perspectiva histórica do conceito de interseccionalidade, a partir da concepção de mulheres negras. Marco Duarte, Dandara Oliveira e Késia Ignácio propõem neste artigo que os marcadores de sexualidades e gênero sejam analisados através da concepção teórico-metodológica da interseccionalidade, pensando a partir de corpos racializados lésbicos, transvestigêneres e de bichas.

No texto “Bruxas, loucas ou más: aborteiras no entre de feitiços e problemas”, María Barone, Alessandro Rodrigues e Pablo Rocon trazem a centralidade para a discussão sobre o aborto e sua abordagem semântica no discurso das reivindicações ideológicas neoconservadoras, médicas e religiosas. Situam corpos que abortam e quem opera nesses corpos: as aborteiras, que atuam na oralidade, propagando saberes mágicos e práticas milenares de cura, por isso a associação às bruxas.

No capítulo “Corpos em transformação: narrativas de mulheres trans e travestis sobre os sentidos de envelhecer”, Ana Paola Lima e Danie Jesus trazem as abordagens sobre sexualidades, envelhecimento e o conceito de corpo, e apontam que as situações a que os corpos ditos abjetos de

trans e travestis são submetidas ao longo da vida contribuem para um envelhecimento mais rápido, no entanto, isso também se traduz no conceito de experiência. As autoras, a partir da pesquisa realizada, apontam a necessidade de políticas públicas que atendam às necessidades desse grupo, uma vez que o envelhecimento se dá diferentemente no campo das sexualidades.

“Prostituição masculina em contextos transnacionais: projetos, campos de possibilidades e agência em Lisboa”, de Guilherme Passamani *et al.*, narra a forma como a prática da prostituição pode ser vista como campo de possibilidades na execução de projetos pessoais, a partir de uma “trajetória pensada” e que proporciona ao sujeito diversas experiências. O conceito de agenciamento desse indivíduo é trabalhado no texto de forma a organizar os lugares e desafios no novo projeto de prostituição masculina em Lisboa, como por exemplo, a língua, os corpos padronizados, a questão geográfica e o mercado do sexo local.

“O funk carioca e o dom de visibilizar culturas e identidades: quando a representatividade transforma o social (?)”, de Benjamin Neves, problematiza e reflete o conceito de cultura a partir de uma linha musical, o funk do estado do Rio de Janeiro, analisando letras de algumas produções famosas protagonizadas por corpos situados em espaços diferentes das posicionalidades de gêneros e sexualidades consideradas padrão, com isso estabelece uma crítica à cultura da masculinidade heteronormativa.

De Lorena Oliveira e Márcio Nascimento, “Bricolagem parental: análise cartográfica fílmica de filiação na configuração familiar singular apresentada em Patik1.5” coloca a família enquanto instituição social que é afetada pelos fenômenos sociais contemporâneos. Utiliza-se a análise fílmica para situar as questões familiares que envolvem casais homoafetivos, adoção, aceitação, vínculos afetivos sob influência da matriz heteronormativa e suas consequências nas relações sociais, com a intenção de propor a “desconstrução de pensamentos fundamentados em normas, leis, tradições e crenças” (p. 256) que constroem os modelos universais de família.

Diante dos escritos nessa sessão da obra, caberia mais reflexões sobre as religiões de matriz africana no contexto de construção e vivência das sexualidades e identidades de gênero, tendo em vista que as mulheres negras, em sua maioria, eram vistas como as “bruxas”, por isso o debate sobre interseccionalidade seria uma enorme possibilidade para ampliar as reflexões sobre as temáticas abordadas. No tocante a essa questão, cabe questionar como são vistos os corpos transexuais e travestis negros nos espaços dos terreiros?

A quarta parte da obra, composta por dois manifestos, e tendo como título: “Manifesto por outros futuros possíveis”, traz pontos relevantes dentro da discussão de gêneros, sexualidades e outras interseccionalidades, através do questionamento sobre os lugares que os corpos dissidentes de pessoas lésbicas, travestis e transsexuais ocupam na sociedade, e como se pode pensar outras possibilidades de ampliação para garantir a existência e a sobrevivência, tanto do ponto de vista

objetivo quanto subjetivo. É uma parte propositiva e orientativa, que dá subsídios para sua aplicação em diversas áreas de atuação.

O primeiro texto-manifesto da referida obra, é o “Manifesta lésbico-feminista”, escrito pela turma de 2020 do curso de extensão Teorias Feministas e Lesbianidades, promovido pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em que é apontada a “necessidade de construção de um mundo anti-lesbofóbico e, também, não heteronormativo, antirracista, anticapitalista, anti-xenofóbico, anticapacitista” (p. 262). Propõe a garantia de políticas públicas distanciadas das perspectivas universalizantes das sexualidades, bem como ações pedagógicas que tematizem a educação sexual nas escolas, com vistas a combater a lesbofobia e pela valorização da produção epistemológica e das políticas produzidas por mulheres e teóricas lésbicas.

Já o segundo texto-manifesto, é o “Manifesto travesti”, de autoria de Sara York, Bruna Benevides e Megg Oliveira, que traz reflexões importantes sobre as travestilidades e transsexualidades situadas dentro de uma sociedade estruturalmente transfóbica. Assim, a perspectiva das autoras aponta para a necessidade de denúncia da existência negada de travestis, as violências sofridas, a morte ritualizada, a exotização e propõe voltar o olhar para os elementos que podem ressignificar a existência e o lugar de fala das travestis. Sua escrita cumpre muito bem a proposta, enquanto subversão dos métodos, a partir de um pensamento travesti.

De forma geral, o e-book é, por si só, um manifesto político e crítico dedicado a uma Educação para a diversidade. Escrito em tempos de luto, quer seja pela pandemia da Covid-19, quer seja no contexto de um governo nacional reacionário, conservador, racista, LGBTifóbico e misógino, o livro-manifesto celebra a potência dos 20 anos de existência da ABEH, um espaço crítico, visível e resistente às diversas tentativas de apagamento/silenciamento do pensamento LGBTQI+.

Com isso, tal obra é direcionada à pesquisador@s, professor@s e pessoas de diversos segmentos que se interessam pelo tema e/ou têm como objetivo ampliar a discussão a respeito das temáticas abordadas. Durante o percurso/fluxo dos artigos que compõem a obra, os temas aludem a uma construção do campo das sexualidades em intersecção com outros marcadores: gênero, classe, raça, etnia etc., apontando caminhos para possíveis olhares pedagógicos, que sejam inclusivos, insubmissos e que tenham uma circularidade de configurações que integrem sujeit@s sociais, ferramentas/estratégias políticas, movimentos sociais e associações, como a ABEH, no combate às políticas de morte. Assim como a luz do farol que ilumina a costa e guia os barcos até o porto, vislumbramos novos caminhos, pois buscamos sair do obscurantismo e estamos nos reerguendo para a construção de um mundo possível, onde o conhecimento é um ato político de denúncia, questionamento e proposições. Sendo assim, esperamos construir pontes e mundos onde a educação LGBTQI+ possa ser uma realidade.

Por fim, as manifestas são necessárias frente à necessidade de que as comunidades LGBTQI+ tragam suas necessidades e reivindicações diante da urgente reflexão sobre as questões que envolvem gênero, diversidade sexual e étnico-racial e as questões de classe. Assim, a distribuição dos textos foi feita de forma a agregar as discussões, pesquisas, temáticas e experiências, porém, notamos ainda a incipiência das abordagens que trazem a questão racial de forma interseccionada com os marcadores de gênero e sexualidades.

Assim, com a leitura da obra fica explícito que as políticas de morte estabelecidas pelo neoconservadorismo alcançam fortemente o campo de estudos das sexualidades, e que devem ser combatidas com urgência. Dessa forma, vislumbramos novos caminhos, com vistas a sair do obscurantismo e nos reerguer para a construção de um mundo possível, em que o conhecimento seja um ato político de denúncia, questionamento e proposições. Por isso, esperamos construir pontes e mundos onde a educação LGBTQIA+ possa ser uma realidade social, e as diversas identidades tenham condições de existência.

*Rcebido em 31-01-2022*

*Modificado em 08-04-2022*

*Aceito para publicação em 30-04-2023*